



## ACTA N.º17/2011

**Data da reunião ordinária: 16/08/2011**

**Início da reunião: 10:15 Horas**

**Fim da reunião: 12:20 Horas**

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

**Membros que comparecem à reunião:**

**Presidente:**

Fernando José Gomes Rodrigues

**Vereadores:**

Manuel Orlando Fernandes Alves

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

António Gonçalves Araújo

Paulo Jorge Miranda da Cruz

Adelino Augusto Santos Bernardo

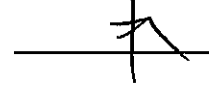
José Duarte Crespo Gonçalves

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Fernanda Dinis Moreira

**Cargo:** Chefe de Divisão





**MINUTA DA ACTA N.º 17**  
**Reunião ordinária da Câmara**  
**Municipal de Montalegre, realizada**  
**no dia 16 de Agosto de 2011.**

No dia dezasseis de Agosto de dois mil e onze, nesta Vila de Montalegre, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Montalegre, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Fernando José Gomes Rodrigues, e com a participação dos Senhores Vereadores, Manuel Orlando Fernandes Alves, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Dr. António Gonçalves Araújo, Dr. Paulo Jorge Miranda Cruz, Dr. José Duarte Crespo Gonçalves, Eng.º Adelino Augusto Santos Bernardo, e, comigo, Maria Fernanda Dinis Moreira, Chefe da Divisão de Administração Geral, na qualidade de secretária. -----

Pelo Senhor Presidente, quando eram dez horas e quinze minutos, foi declarada aberta a reunião, iniciando-se, a mesma, de acordo com a ordem do dia, elaborada, datada, assinada e expedida no dia 11 de Agosto de 2011, documento que vai ficar arquivado no maço de documentos relativos a esta reunião. -----

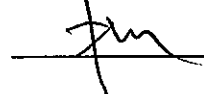
**I**  
**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Antes de dar início á ordem de trabalhos, pediu a palavra o Senhor Vereador da oposição, Engenheiro, Adelino Augusto Santos Bernardo para expor os seguintes assuntos: -----

- Verifiquei, Senhor Presidente de que foi arrasada uma fonte de mergulho, sita no lugar da Portela, Montalegre. Fui também informado que a água que corria nessa fonte, teria alguns nitratos que poderiam por em perigo a saúde pública. Porém, dado o valor histórico que essa fonte poderá representar, pois é única nesta zona e arredores, não será possível, pergunto, recriar essa mesma fonte pelo Ecomuseu, aproveitando as pedras, pois parece-me é que tal não seria um encargo muito grande para o Município. -----

Gostaria também que o Senhor Presidente da Câmara, me informasse em relação ao Matadouro de Montalegre, quais foram as outras instituições que entraram com capital. -----

O Senhor Presidente da Câmara, quanto à primeira questão, referiu que com a construção do prédio dos "espanhóis", a água tinha desaparecido da fonte em causa. Por outro lado, foi-se percebendo que a própria vizinhança, não teria interesse de que a fonte ali permanecesse. Porém, aquela não é de facto, uma fonte de mergulho originária como o senhor vereador referiu, por isso não tem qualquer interesse histórico. Deste modo, decidiu-se arrasar a referida



fonte ficando apenas uma ligação de água no local, na eventualidade de ser necessário proceder à sua utilização. -----

Quanto à segunda questão colocada, pelo Senhor Vereador, apraz-me referir, que é do meu conhecimento que o Matadouro liquidou a dívida, porém ouvi ainda dizer que efectivamente na Repartição das Finanças, apareceu uma proposta com intenção de compra do Matadouro, mas não tenho conhecimento de mais nada. -----

**- APROVAÇÃO DA ACTA DA HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS DO MERCADO MUNICIPAL. -----**

O Senhor Presidente da Câmara, propôs ao Executivo Municipal, que, nos termos do artigo 83º, da lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, reconheça a urgência da deliberação sobre o assunto identificado em epígrafe. -----

**DELIEBRAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a introdução do referido assunto. -----

**II  
ACTAS**

**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE, REALIZADA NO DIA 1 DE AGOSTO DE DOIS MIL E ONZE. -----**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, depois de ter dispensado a sua leitura, com fundamento em ter sido aquela distribuída conjuntamente com a ordem do dia da presente reunião, deliberou, por maioria, aprovar a referida acta, tendo-se absterido da votação a Senhora Vereadora, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves e o Senhor Vereador, Eng.º Adelino Augusto Santos Bernardo, em virtude de não terem estado presentes na referida reunião. -----

**III**

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**IV**

**INTERVENÇÃO SÓCIO CULTURAL E DESPORTIVA**

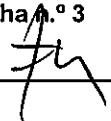
**V**

**ATRIBUIÇÃO DE APOIOS / SUBSÍDIOS**

**1 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MONTALEGRE. -----**

O Senhor Presidente da Câmara, solicitou que este assunto fosse retirado da ordem do dia, sendo remetido à próxima reunião do executivo. -----

*Este documento, vai ficar sob forma de cópia, arquivada como doc.nº 1, no maço de documentos relativo à presente acta. -----*



*Deliberação:* A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aceitar a retirada da ordem do dia o assunto supra referido. -----

**2 – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTALEGRE E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE SALTO.** -----

O Senhor Presidente da Câmara, solicitou que este assunto fosse retirado da discussão e votação do período da ordem do dia, sendo remetido à próxima reunião do executivo. -----

*Este documento, vai ficar sob forma de cópia, arquivada como doc.nº 2, no maço de documentos relativo à presente acta.* -----

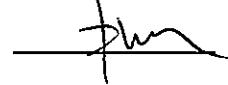
*Deliberação:* A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aceitar a retirada da ordem do dia o assunto supra referido. -----

**2 – AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECCÇÃO CIVIL – PROTOCOLO PARA O ENQUADRAMENTO DE PESSOAL DESTINADO A INTEGRAR AS EIP – MONTALEGRE E SALTO.** -----

Foi presente para deliberação do executivo municipal, um ofício proveniente do Ministério da Administração Interna, subscrito pelo Presidente da Autoridade Nacional da Protecção Civil, o qual se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais, e que em resumo, tem por base a solicitação ao Município de Montalegre, para que se pronuncie no sentido de manifestar a intenção de celebrar novos Protocolos, para integração e manutenção do pessoal que pertence às EIP de Salto e Montalegre, uma vez que os Protocolos que se encontram em vigor, terminam no dia 04 de Outubro de 2011. Mais se refere, que havendo interesse por parte da autarquia na manutenção das EIP, a ANPC, mantém-se disponível, para compartilhar as referidas equipas das EIP, nos termos da Portaria n.º 75/2011, de 15 de Fevereiro. -----

*Este documento, vai ficar sob forma de cópia, arquivada como doc.nº 3, no maço de documentos relativo à presente acta.* -----

*O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu que no caso de se continuar com as EIP, os funcionários, que actualmente já não possam renovar os seus contratos, passam ao quadro dos Bombeiros. Serão cinco postos de trabalho em Montalegre e cinco em Salto, que se irão preservar, ao efectuar-se a celebração de novos Protocolos com a ANPC. Porém no seu entender, estes funcionários terão que dar mais contrapartidas ao município, pois se durante os trezentos e sessenta e cinco dias do ano, tem uma utilização de 10%, temos de compreender que terão de fazer outras coisas que possam ser úteis e dêem contributos para a autarquia. Assim estes elementos das EIP, podem limpar matos e bermas, cuidar das zonas verdes, desobstruir sarjetas, etc., enfim todo um conjunto de tarefas que não exorbitando as suas funções, possam mostrar mais colaboração em relação ao esforço financeiro que o Município faz, para dar continuidade às EIP.* -----



O Senhor Vereador, Manuel Orlando Fernandes Alves, interveio no sentido de enaltecer o trabalho que os elementos que integram a EIP de Salto, têm feito, com relevância para a limpeza e manutenção do pinhal da Venda Nova, da colaboração que vêm prestando na freguesia de Salto, pois ainda hoje pelas seis horas da madrugada os referidos elementos integrados com o restante corpo de bombeiros de Salto, limpavam a Vila de Salto, depois da realização de mais uma Festa em honra da Sr.ª do Pranto, que ocorre como sabem todos os anos no dia 15 de Agosto. -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, mostrar interesse na manutenção das EIP, bem como aprovar a celebração de novos protocolos. -----

À DAG, para procedimento. -----

## VI

### PLANEAMENTO, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO URBANÍSTICA

#### 1 – PLANEAMENTO /ORDENAMENTO

#### 2- OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO/OBRAS DE URBANIZAÇÃO

#### 3- OBRAS DE EDIFICAÇÃO

**3.1 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PEDIDO DE PARECER, AO ABRIGO DA LEI Nº 91/95, DE 2 DE SETEMBRO, ALTERADA SUCESSIVAMENTE PELO DECRETO –LEI N.º165/99, DE 14 DE SETEMBRO, PELA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO, E PELA LEI N.º 10/2008, DE 20 DE FEVEREIRO, REQUERIMENTO APRESENTADO PELA SRA. JÚLIA JESUS ANTUNES, RESIDENTE NA PRAÇA PAULO VIDAL, N.º/ - 4.º DT. – NASCENTE – LAMAÇÕES – BRAGA, / PROCESSO DA USUL N.º 85/11. -----**

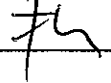
Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação técnica, prestada pelo técnico superior, Eng. António J. Quintanilha A. Borges, a desempenhar funções na USUL, datada de 01 de Agosto do ano em curso, no processo identificado sob a designação nº 85/2011, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para os devidos efeitos legais – *este documento fica anexo, sob forma de doc. nº 4, ao maço de documentos relativos a esta data.* -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica. Proceda-se em conformidade com a mesma. -----

Notifique-se o interessado do teor da presente deliberação. -----

À USUL para proceder à emissão da aludida certidão. -----

**3.2 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PEDIDO DE PARECER, AO ABRIGO DA LEI Nº 91/95, DE 2 DE SETEMBRO, ALTERADA SUCESSIVAMENTE PELO DECRETO –LEI N.º165/99, DE 14 DE SETEMBRO, PELA LEI N.º 64/2003, DE 23 DE AGOSTO, E PELA LEI N.º 10/2008, DE 20 DE FEVEREIRO, REQUERIMENTO APRESENTADO PELA SRA.**



**MIQUELINA DIAS RIJO, RESIDENTE NO BAIRRO JOS`E TEIXEIRA DE SOUSA, N.º 1 – TRÁS DO CALVÁRIO – CHAVES, / PROCESSO DA USUL N.º 88/11. -----**

Foi presente para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação técnica, prestada pelo técnico superior, Eng. António J. Quintanilha A. Borges, a desempenhar funções na USUL, datada de 01 de Agosto do ano em curso, no processo identificado sob a designação nº 88/2011, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para os devidos efeitos legais – *este documento fica anexo, sob forma de doc. nº 5, ao maço de documentos relativos a esta data.*-----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a aludida informação técnica. Proceda-se em conformidade com a mesma. -----

Notifique-se o interessado do teor da presente deliberação. -----

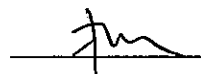
À USUL para proceder à emissão da aludida certidão. -----

**VII  
OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS**

**1- EMPREITADA “E.M. 508 e E.M.507 DE MONTALEGRE A CHAVES – TROÇOS A E B (PROC. 11/015)” – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO. -----**

Foi presente, para deliberação do executivo municipal, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, uma informação subscrita pelo Senhor Director do Departamento Técnico, Engenheiro Alvares Pereira, cujo respectivo teor se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais. Em resumo o objecto da referida informação técnica, prende-se com o pedido de prorrogação do prazo, para apresentação de propostas, solicitado pela empresa, “Alexandre Barbosa Borges, S.A.,” no procedimento respeitante à empreitada supra identificada. De acordo com a informação técnica, tal pedido de prorrogação deverá ser declinado em virtude de se ter considerado que o prazo para apresentação das propostas ao referido procedimento era suficiente, uma vez que apesar de na plataforma electrónica o mesmo ter ficado disponível a partir de 29 de Julho do ano em curso, o mesmo esteve disponível para consulta nos serviços competentes do Município, em prazo anterior a essa data. -----

Sobre esta informação, encontra-se exarado um despacho do Senhor Presidente da Câmara do seguinte teor: “*Aprovo, nos termos da informação. Remeta-se o assunto à Câmara, na sua próxima reunião, para ratificação.*” 2011-08-02. O Presidente da Câmara (assinatura ilegível). --  
*Este documento vai ficar anexo ao maço de documentos relativos a esta data sob forma de doc. nº 6.*-----



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pelo Senhor Presidente da Câmara, que indeferiu o pedido de prorrogação de prazo, para apresentação de propostas no procedimento mencionado em epígrafe. -----  
À Secção Administrativa do Departamento Técnico, para os efeitos tidos por convenientes. -----

## VIII

### FORNECIMENTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS

#### IX

#### GESTÃO AUTÁRQUICA

##### 1 - GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

##### 2 – GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

##### 2.1 - RELAÇÃO DOS PAGAMENTOS EFECTUADOS (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). -----

Foi presente, pelos serviços de contabilidade, para efeitos de conhecimento pelo executivo municipal, a relação dos pagamentos efectuados pela autarquia – lista de ordens de pagamento – no período compreendido entre o dia 28 de Julho, e o dia 11 de Agosto de 2011, respectivamente, na importância global ilíquida de €764.570,48 (setecentos e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta euros e quarenta e oito cêntimos) – *ficando arquivado, para os devidos efeitos legais, cópia de tal documento, sob a forma de doc. n.º7, no maço de documentos relativo à presente acta.* -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

##### 2.2 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA N.º 152/2011 (PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL). -----

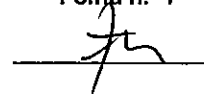
Foi presente, pela tesoureira municipal, para conhecimento do executivo, o resumo diário da tesouraria n.º 152/2011, respeitante ao dia dez, do mês de Julho do ano de 2011, o qual apontava para um total de disponibilidades na ordem de € 1.849.886,24 (um milhão oitocentos e quarenta e nove mil, oitocentos e oitenta e seis euros e vinte e quatro cêntimos), sendo que € 1.116.737,30, correspondem a dotações orçamentais e €733.148,94, a dotações não orçamentais – *documento cujo teor se dá aqui por integrado e reproduzido e se arquivava, cópia, no maço de documentos relativo à presente acta, sob a forma de doc. N.º 8.* -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

## X

### DIVERSOS





**1 – CEDÊNCIA DA HABITAÇÃO N.º46, DO BAIRRO NOVO DA BORRALHA; FREGUESIA DE SALTO, AOS REQUERENTES BERTILIA GONÇALVES DA SILVA OUTÃO E OUTROS. FORMALIZAÇÃO DA ESCRITURA. -----**

Foi presente, para aprovação de executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, uma informação, exarada pela Jurista, Dra. Carina Moura, a qual se passa a transcrever na íntegra para os devidos efeitos: -----

“GABINETE DE APOIO PESSOAL AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTALEGRE-----  
INFORMAÇÃO/2011”-----

“Através de requerimento, com entrada na Divisão de Administração Geral, registado sob o n.º CMM 005310, de 14 de Julho de 2011, que se anexa, os requerentes supra identificados, vêm solicitar, na sequência da notificação (ofício 1693, de 15 de Junho de 2011) efectuada a João Dias do Outão, com vista à marcação de escritura pública de doação do prédio urbano inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 1667-D, da freguesia de Salto e descrito na Conservatória do Registo Predial de Montalegre sob o número 188/19880822, a cedência da referida habitação a seu favor. -----

Cumpre, em conformidade, informar: -----

Esta autarquia, em conformidade com a deliberação camarária de 12 de Junho de 2001, cedeu, a título gratuito, com vista à residência permanente do seu agregado familiar, a habitação n.º 46, do Bairro Novo da Borralha, através de auto de cessão, celebrado em 05 de Julho de 2001, a favor de João Dias do Outão.-----

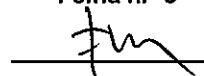
Acontece que não foi possível formalizar a projectada escritura de doação com o Senhor João Dias do Outão, falecido em 24 de Setembro de 2010, por razões que se prendem com a falta de documentos necessários para efectuar a escritura, nomeadamente o título de constituição de propriedade horizontal. -----

A Senhora Bertília Gonçalves da Silva do Outão, titular do Cartão de Cidadão n.º 09753113, era casada com o donatário João Dias do Outão, falecido, como já foi referido, em 24 de Setembro de 2010, conforme atestado pelas fotocópias não certificadas de casamento e de óbito anexas.-----

Eduardo Manuel Silva Outão, Márcio José da Silva Outão e João Paulo da Silva Outão são filhos de João Dias do Outão, conforme resulta dos documentos de identificação (Bilhete de Identidade ou Cartão de Cidadão) que comprovam a respectiva filiação.-----

São ainda únicos e legítimos herdeiros de João Dias do Outão, Bertília Gonçalves da Silva do Outão, Eduardo Manuel Silva Outão, Márcio José da Silva Outão e João Paulo da Silva Outão, conforme declaração de únicos herdeiros inserta no requerimento apresentado; -----

O de cujus não deixou testamento, nem qualquer outra disposição de última vontade, conforme se infere do auto de declaração de Óbito igualmente junto em anexo. -----



Em conclusão: -----  
Posto isto, não vislumbramos a existência de impedimentos legais que impeçam a celebração da competente escritura de doação da habitação n.º 46, sita na Rua 25 de Abril, n.º 24, no Bairro Novo da Borralha, descrito na Conservatória do Registo Predial de Montalegre sob o número 188/19880822, da freguesia de Salto, e inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 1667-D, com os herdeiros supra identificados. -----

Nestes termos, sou de opinião, que se proceda à celebração da referida escritura com os herdeiros do Senhor João Dias do Outão, tendo em conta os documentos fornecidos. -----  
O presente assunto deverá ser submetido a deliberação do executivo, no sentido de ser autorizada a celebração da escritura de doação com a Dona Bertília Gonçalves da Silva do Outão e seus filhos Eduardo Manuel Silva Outão, Márcio José da Silva Outão e João Paulo da Silva Outão.-----

À consideração superior.-----

Montalegre, 15 de Julho de 2011.-----

A Jurista,(Carina Moura).”-----

*Este documento vai ficar sob forma de cópia arquivada como doc.nº9, no maço de documentos relativo à presente acta.* -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação supra transcrita, a formalização da cedência a título gratuito, da Habitação n.º46, sita no Bairro Novo da Borralha, através da respectiva Escritura Pública de Doação, a favor dos herdeiros do donatário, João Dias do Outão. -----

À DAG, para os devidos efeitos. -----

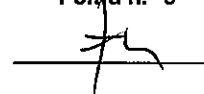
## **2 – PROPOSTA DE CONCEPÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PORTUGAL OPEN DE PARAPENTE MONTALEGRE 2011 - CAT:FAI II – DE 30 de JULHO A 3 DE AGOSTO.** -----

Foi presente, para aprovação de executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, uma proposta acompanhada do caderno de encargos e orçamento discriminativo, dos valores que envolverão a concepção e desenvolvimento do evento referido em epígrafe, os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos e integrados para os devidos efeitos legais. -----

*Este documento vai ficar sob forma de cópia arquivada como doc.nº10, no maço de documentos relativo à presente acta.* -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de concepção e desenvolvimento do Portugal Open de Parapente – Montalegre 2011 – Cat- FAI II – de 30 de Julho a 3 de Agosto, nos termos em que se encontra exarada. -----

À Unidade de Gestão Financeira, para no respeito pela legalidade contabilística e orçamental efectuar o respectivo pagamento. -----



Ao GAP, para os devidos efeitos. -----

**3 – PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÕES DE ASSOCIADO DA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DOS ELEITOS DE MONTANHA, NOVALOR DE 850,00 EUROS, REFERENTE A 2011. -----**

Foi presente, para aprovação de executivo municipal, relativamente ao assunto em epígrafe, um ofício proveniente da Associação Europeia dos Eleitos da Montanha, subscrita pelo seu Presidente, Miguel Ângelo Palácio Garcia, o qual se dá aqui por integralmente reproduzido para os devidos efeitos legais, solicitando o pagamento da quota anual devida pelo Município como associado. -----

*Este documento vai ficar sob forma de cópia arquivada como doc.nº11, no maço de documentos relativo à presente acta. -----*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento da quota anual, no montante de € 850, 00, à Associação Eleitos da Montanha. -----

À Unidade de Gestão Financeira, para no respeito pela legalidade contabilística e orçamental efectuar o pagamento da quantia apresentada. -----

**XI**

**ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA**

(cfr. artigo 83.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

**1 – APROVAÇÃO DA ACTA DA HASTA PÚBLICA PARA CONCESSÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS Nº 8, 9 e 18 DO MERCADO MUNICIPAL. -----**

Foi presente para deliberação e aprovação do executivo municipal, a acta da hasta pública, realizada no dia quatro de Julho do ano em curso, para a concessão do direito de ocupação das lojas n.º 8, 9 e 18, sitas no mercado municipal. Da referida acta, consta ainda a lista de classificação dos candidatos, homologada pela comissão que presidiu à realização da mencionada hasta pública, bem como a decisão da comissão de adjudicação provisória das lojas em causa. -----

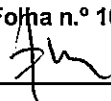
*Este documento vai ficar sob forma de cópia arquivada como doc.nº12, no maço de documentos relativo à presente acta. -----*

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da hasta pública supra referida, bem como a adjudicação das mencionadas lojas de acordo com a decisão da comissão que presidiu á realização desta hasta pública. -----

À DAG, para elaboração dos respectivos contratos de concessão do direito de ocupação das lojas supra mencionadas. -----

À USUASP, para notificação dos beneficiários desta deliberação. -----

**XII**



---

**REUNIÃO PÚBLICA MENSAL**  
(cfr. n.º 2 do artigo 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada  
pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

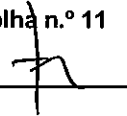
De acordo com o Regimento do Órgão, tratando-se de uma reunião pública, registou-se a presença de vários assistentes e munícipes, que solicitaram a sua intervenção neste período, tendo o Senhor Presidente da Câmara, autorizado a cada um dos munícipes abaixo indicados o uso da palavra, pela ordem seguinte: -----

1.º Senhor Joaquim Oliveira, residente na freguesia da Venda Nova, fez a seguinte intervenção: -----

“ Bom dia a todos. Estivemos aqui a semana passada, a ouvir o Sr. Presidente da Câmara, sobre o assunto da ampliação da Escola de Baixo Barroso e do Centro Escolar de Salto. Para mim, faz todo o sentido a concentração de alunos na Escola do Baixo Barroso. Por um lado já existe uma rede de transportes organizada, por outro lado, há serviço de cantina para os alunos, por isso não faz sentido implementar outra solução. O mais correcto, face ao atrás referido é levar todas as escolas para a Venda Nova. Já existe um projecto de ampliação e melhoramento daquela Escola e só falta o aval do Senhor Presidente para ser concretizado. É por isso, que hoje estamos aqui para pedir que avance com esta solução. Não faz sentido, dividir as escolas e os alunos, pois se aqui em Montalegre, conseguiram concentrar os alunos, não vejo razão, para que não se consiga fazer o mesmo no Baixo Barroso. Quer se queira ou não daqui a três ou quatro anos a tendência será agrupar todas as escolas. Se os alunos, podem ter uma biblioteca, uma cantina e melhores condições de ensino e de aprendizagem, o benefício é deles, por isso gostava de ouvir sobre este assunto os Senhores Vereadores, aqui presentes. -----

2.º Maria do Céu Caridade, professora, residente na freguesia da Venda Nova, interveio da seguinte forma: -----

“Bom dia a todos. Quero dizer que, como cidadã também estive presente na semana passada, aqui na Câmara, para falar do mesmo assunto que hoje novamente trazemos a esta reunião. Fomos na altura, muito bem recebidos pelo Senhor Presidente da Câmara, a quem felicito desde já pela posição que tem defendido desde o início, nesta questão da educação. Foi com muito orgulho, que vi na política do Sr. Presidente, uma política bem definida na Educação, o que me agradou. Sei que, o fez aqui em Montalegre, com sucesso, o que me agrada. A escola mudou, a sociedade mudou, não temos a mesma realidade de há vinte anos atrás. Porém, neste momento temos na educação e na escola, uma dualidade de critérios a ser aplicada no nosso concelho. Temos escolas agrupadas, alunos concentrados e outros não. Não podemos brincar com as crianças, nem com o seu futuro, as escolas hoje se não tiverem outra evolução, vão morrer de pé e acredite-se que não vamos ficar nas escolas com vinte ou quinze crianças,



pois já há movimento de crianças para outros concelhos limítrofes do nosso. Estamos hoje aqui para que em conjunto com todas as freguesias do Baixo Barroso, se possa encontrar uma solução consensual. Eu sei que é difícil fechar uma escola, pois já passei por essa experiência. Mas não podemos manter o dinamismo de uma aldeia com o sacrifício das nossas crianças. Neste momento com o critério de dualidade que já falei e que está a ser praticado neste concelho, temos muitas crianças a serem prejudicadas. Sei que há um projecto de reabilitação da Escola do Baixo Barroso, temos que a aproveitar, pois no futuro não teremos outra oportunidade. Por isso, temos que nos deixar de bairrismos e sem qualquer pretensão política, apelava aqui ao Sr. Presidente da Câmara, que levasse avante este assunto da ampliação da Escola do Baixo Barroso e concentração neste local de todas as escolas, o qual já foi aliás deliberado pela Assembleia Municipal. Por isso penso que será bom avançar com esta solução, que será o melhor para as nossas crianças e o melhor para o nosso concelho. Todas as escolas que já fecharam no nosso país, foi sempre um tema muito problemático, porém hoje já é possível verificar os ganhos e sucessos que tal solução representa para os alunos, com melhores condições de estudo e de aprendizagem. Obrigada! -----

3.º Senhor Manuel Veras, residente em Covêlo do Gerês, representante da Associação de Pais do Baixo Barroso, fez a seguinte intervenção: -----

“Quero salientar que já há sete ou oito anos, que se anda a estudar este problema da escola do Baixo Barroso, como já se estudou no passado o mesmo problema no Alto Barroso. Há uma Carta Educativa, já aprovada. Há escolinhas espalhadas, nomeadamente por Cabril e Ferral que não têm as mesmas condições das escolas de Montalegre. As questões de geografia, são diferentes e muito condicionadoras no nosso concelho. A obra projectada para a Escola do Baixo Barroso, tem uma cobertura de 80% de fundos comunitários para a Educação e os pais, estão de acordo em concentrar as escolas. Por outro lado, sou de opinião que não devemos desperdiçar os fundos comunitários que nos são atribuídos para a obra referida pois certamente tão cedo não teremos uma solução financeira igual.” -----

4.º Senhor Amadeu Antunês Dias, Presidente da Junta de Freguesia de Ferral, fez também por último a seguinte intervenção: -----

“Bom dia a todos! Também estou de acordo e hoje em dia a cem por cento, com a solução encontrada para o Baixo Barroso. Assim, uma vez que não há dinheiro, para a construção do Jardim de Infância de Ferral, como foi prometido, não havendo condições, então estou de acordo com a solução de levar todos os alunos e crianças para a Venda Nova. -----

Após todas as intervenções públicas efectuadas, o Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu: -----

“- Quero agradecer, a todos, os que aqui hoje se deslocaram para fazer as intervenções que acabamos de ouvir, pelo sentido de responsabilidade e pelas posições realistas que aqui



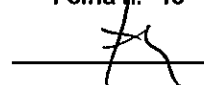
manifestaram. Quero dizer-vos, o que já repeti nos últimos dias que estivemos reunidos a debater o assunto em causa. Temos que ter em função dos números de alunos apresentados na última Carta Educativa, uma solução realista e de manifesta responsabilidade. Claro que gostaríamos de fazer um Jardim de Infância em Ferral, mas se não há alunos, se não há crianças, que vamos fazer neste cenário? -----

Se não fecharmos as escolas, como alguém aqui disse, elas acabam por morrer por elas. ----- Não se trata aqui de um problema de dinheiro, como alguém também mencionou, trata-se de um problema de falta de alunos. -----

Eu, não mudei de opinião e estou inteiramente de acordo com o que vocês disseram. A minha opinião, é a mesma e já a defendi em Salto. A escola de Salto, tem salas com mais de vinte alunos e até mais de sessenta alunos na totalidade, por lei então não é obrigada a fechar. Eu não quero ser o coveiro da escola de Salto. Agora dado que esta, está a 5 quilómetros da escola da Venda Nova, com uma rede de transportes escolares já constituída, então devia fechar. Tenho uma posição realista, isenta, até posso compreender que haja bairrismos, orgulhos, pois estão sempre em tudo. Agora deixar tudo como está é que me aprece não ser solução, ficam todos mal, vão certamente ficar duas ou três escolas “coxas” que não vão funcionar, que não terão as mesmas condições e oportunidades para os alunos que existem noutras escolas como em Montalegre e que serão por certo vergonha para o Município. Agora se ninguém quer a obra na Venda Nova, não a vou fazer. Daí ser necessário gerir consensos. Por isso suspendi a decisão de avançar com uma candidatura para a obra de Venda Nova, mas o que está escrito, é que há concentração dos alunos no baixo Barroso e isso não foi suspenso nem revogado. Vamos ver então se encontramos uma solução, que vá ao encontro de todos ou de uma grande maioria. Eu compreendo a posição das pessoas de Salto, fechar uma escola com sessenta alunos, que não mais abrirá, não é fácil, mas penso que as gentes de Salto, saberão caminhar num sentido de solidariedade regional, com os alunos de Cabril e Ferral, para que estes não sejam prejudicados e se desloquem como ameaçam para a escola de Ruivães. Se assim não for, a própria Escola de Baixo Barroso, estará também dentro de cinco ou dez anos, comprometida. Reafirmo, uma vez mais, que a minha posição é a mesma, por isso vamos ver se conseguimos pensar e chegar a uma solução em que as crianças não tenham que pagar pelas nossas birras ou os nossos orgulhos. -----

Em seguida, solicitou a palavra novamente, a Senhora Professora Maria do Céu Caridade, que referiu: -----

Eu concordo, que os Senhores Presidentes de Junta, também têm responsabilidade em explicar às pessoas, que a Escola Primária de há cinquenta anos, não é a melhor solução. A maior parte das pessoas, que fazem pressão para que as Escolas estejam abertas, são pessoas que não tem lá os filhos, não são os encarregados de educação. Por outro lado, não



pode ser uma freguesia a decidir nada, pois se apostarmos na guerra entre Salto, Cabril, Ferral e Venda Nova, não vamos a lado nenhum, tem que se procurar consensos e explicar as soluções às pessoas, aquilo que é o melhor para as nossas crianças. -----

O Senhor Presidente, respondeu da seguinte forma: -----

Acho que há muita hipocrisia entre as pessoas. Muitos estariam à espera que eu fechasse a escola em Salto para me acusarem depois. Esclareço que não decidi a favor das pessoas de Salto, mas porque também não vi interesse nem apoio do outro lado. Agora espero que todos juntos, possamos encontrar uma solução de consenso. -----

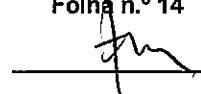
Seguidamente, o Senhor Manuel Veras, representante da Associação de Pais, no uso da palavra novamente, retorquiu: -----

“ – Não está em causa só o fechar das escolas, pois já se fecharam muitas. O que está em causa, é a concentração das escolas no Baixo Barroso, porque em Salto, Ferral, Cabril e Vila da Ponte, os miúdos não tem condições nessas escolas e são elas as crianças que sofrem. Posso atestar aqui que de Vila da Ponte a Cabril, pais e encarregados de educação estão de acordo com a concentração de alunos no Baixo Barroso. Porém, apelo uma vez mais, para que não percam os fundos comunitários que nos são atribuídos para o projecto de ampliação da Escola do Baixo Barroso e a urgência de pôr em marcha a execução deste projecto, uma vez que para o ano poderão não existir estes fundos, sendo assim uma oportunidade perdida no melhoramento daquela escola. -----

Por sua vez, o Senhor Vereador da oposição, Dr. Duarte Crespo Gonçalves, interveio da forma seguinte: -----

“Vocês trazem a questão bem estudada, mas é preciso haver consenso de todas as pessoas. Temos que pensar, que a freguesia de Salto, não é uma localidade qualquer. Salto é Vila e se passarmos a cortar-lhe algumas coisas, poderá ver o seu futuro como Vila ameaçado. Um dia quem sabe, pela realidade dos nascimentos que acontecem neste concelho, poderemos estar por certo aqui a discutir, a concentração de todas as escolas do concelho num ponto estratégico deste, se futuramente a desertificação do interior e o aumento da velhice não tiveram um ponto de viragem. Os Fundos comunitários, é bom que se aproveitem ao máximo mas não devem ser vistos apenas no seu aspecto financeiro, pois as decisões da sua aplicação devem ser tomadas com firmeza. Possivelmente um referendo local como há pouco alguém referiu, não seria descabido, pois compete-nos a nós políticos também ajudar a encontrar soluções e consensos, e nós estamos cá para isso. -----

O Senhor Vereador, eleito pelo Partido Socialista, Dr. António Gonçalves Araújo, no uso da palavra, perguntou se não seria possível, avançar com as obras projectadas para a Escola da Venda Nova e á medida que as escolas fossem perdendo os alunos que nos termos da lei são obrigadas a dispor para se manterem abertas, fossem então integradas? -----



Após esta intervenção, também a Senhora Vereadora do Pelouro da Educação, Dra. Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, interveio deste modo: -----

“Eu sou de Salto e gostava muito que a Escola lá se mantivesse, mas em Salto as salas já não têm vinte e um alunos por sala como a lei refere, para manter a escola a funcionar, eles serão sessenta na globalidade. O jardim de infância é outro nível de ensino. A contabilização dos alunos que terá de ser feita é por anos. Por outro lado, o ideal de ensino é ter os alunos divididos por anos e não misturar numa só sala, vários anos de ensino. É verdade, como disse há pouco a professora Céu, que o ensino de hoje não é como o ensino de há vinte anos atrás. Ora, a nossa maior riqueza é as nossas gentes, é a sua instrução para que tenham as mesmas oportunidades como as pessoas que vivem no meio urbano. Portanto, diga-me Senhor Veras, como representante da Associação de Pais do Baixo Barroso, qual é na sua opinião o sentimento em geral dos pais dos alunos do Baixo Barroso? -----

O Senhor Manuel Veras, respondeu à Sra. Vereadora, que muitos pais querem a solução do Baixo Barroso, porque acham que as crianças têm a ganhar com esta solução, outros querem os alunos que continuem a ir para Salto. Porém muitas pessoas não se manifestam porque têm medo. -----

O Senhor Vereador da oposição, Eng.º Adelino Augusto dos Santos Bernardo, no uso da palavra, referiu: -----

“ A democracia, tem virtudes mas também tem polítics que é para resolverem os problemas das pessoas. Afirmou o Senhor Presidente, há pouco, que as pessoas estão à espera que V.Excia, decida para o acusar depois. Senhor Presidente, chame os Presidentes das Juntas de freguesia, chame as pessoas e vamos explicar-lhes a situação. Acho que dessa forma vamos chegar a uma solução. O pior é a situação, tal como a temos hoje. Em Cabril, os alunos tiveram resultados negativos nos últimos exames, pois os professores faltaram constantemente durante todo o ano. Por isso, vamos decidir, quanto mais rápido melhor. Vamos deixar-nos de politiquices. Pela nossa parte, e falo em nome do Partido Social Democrático, estamos disponíveis a ajudar a encontrar uma solução de consenso. -----

Neste momento o Senhor Presidente, questionou o Vereador supra referido, do modo seguinte:

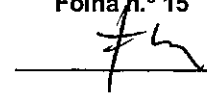
“Eu gostava mais uma vez de saber qual a vossa real posição sobre este assunto, pois confesso que ainda não percebi. O que está escrito é que eu defendo a posição da concentração dos alunos no Baixo Barroso e o PSD, defende a Escola de Salto. -----

-O Senhor Vereador, Eng.º Adelino Gonçalves, prosseguiu referindo: -----

“ O que está escrito, Senhor Presidente, é que politicamente vocês deveriam honrar a promessa que fizeram e construir o Centro Escolar em Salto, mas com a crueldade dos números teremos de pensar de forma diferente. -----

O Senhor Presidente, em tom de resposta disse: -----





“Vocês, PSD, querem é estar com as pessoas de Salto, Ferral e Cabril. São hipócritas. Eu tenho uma posição sobre o assunto e sempre a defendi. A vossa, continuo sem saber qual é. -

O Senhor Vereador, Eng.º Adelino Gonçalves, retorquiu: -----

“Hipócrita é o Senhor Presidente, que já tinha o projecto feito e agora anda aqui a discutir ainda este assunto.”-----

O Senhor Vereador Dr. Paulo Jorge Cruz, fez também a seguinte intervenção: -----

“ Os munícipes que fizeram aqui a sua intervenção, neste período destinado à intervenção do público, estão de parabéns por esta iniciativa. Eu defendo, que as condições da Escola de Baixo Barroso, devem ser as mesmas que existem na sede do concelho em Montalegre. Os Vereadores defendem a posição de todos os munícipes, não há a meu ver, munícipes de 1.ª nem de 2.ª categoria. Se há fundos comunitários, não podemos estar a adiar esta solução, e as pessoas de Salto, devem deixar de pensar para dentro, devem ser solidárias e pensar no futuro. Por isso agradeço a vossa intervenção que é legítima e vamos esforçar-nos para defender todos juntos o Barroso. -----

Por último, o Senhor Vice – Presidente, Manuel Orlando Fernandes Alves, interveio da seguinte forma: -----

“Felicitó a delegação do Baixo Barroso aqui presente pela mobilização conseguida e agradeço o interesse por este manifesto em encontrar-se uma solução que sirva o interesse das crianças e não descure o papel de dinamização económica e social que, num quadro de gravíssima quebra de natalidade, a escola pode e deve ter e ao Município não pode ser indiferente. -----  
Pronuncio-me na qualidade de autarca eleito dissociando-me de quaisquer circunstancialismos, sejam eles de naturalidade ou de residência. -----

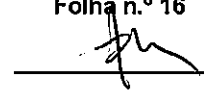
E a questão trazida pela delegação presente suscita-me as seguintes considerações: -----

1- Não considero que a mobilização ora conseguida traga mais-valia à resolução do problema. É que as posições até agora tomadas pelo Município assentaram em pressupostos de racionalidade e pragmatismo que se não compadecem com o exacerbamento de paixões ou doentios bairrismos como os que parecem estar por detrás desta movimentação. -----

2- Desde a aprovação da Carta Educativa em 17/06/2006, até há dois meses atrás, nunca se falou no Centro Escolar do Baixo Barroso. Falava-se sim, no Centro Escolar de Salto.-----

E Salto preparou-se para o receber. Fê-lo com a aquisição e legalização de terrenos por parte da Junta de Freguesia. E fê-lo ainda com o abate total dos pinheiros na zona previamente escolhida para a sua localização. De tudo isto o que se pode e deve dizer é que Salto ficou mais desértico e mais pobre consequentemente. -----

Porém o crescimento demográfico negativo é implacável. E face a esta realidade, a que se soma a circunstância de Salto ficar num dos extremos do concelho, não só os autarcas de



Salto, como também a população da freguesia, deixaram de exigir o estipulado em Carta Educativa. Seria um finca-pé irracional que a todos deixaria sem argumentos. -----

Isto é, os Saltenses não reivindicam o Centro Escolar de Salto. Mas não lhes passa pela cabeça que o mesmo possa ou venha a ser deslocalizado. E sobretudo, jamais aceitarão que se pense ou arquitecte o encerramento da sua escola. São, neste contexto, as gentes de Salto credoras do apreço e consideração dos presentes porquanto jamais se mobilizaram em defesa do que não mais fazia sentido e que se chamava Centro Escolar de Salto. -----

3- Constato, pela intervenção de todos os presentes, a hipervalorização do chamado aproveitamento dos dinheiros comunitários como se tal fosse a razão primeira das coisas. -----

O aproveitamento dos fundos comunitários é importante se forem, sobretudo, convertidos em valor acrescentado, bens transaccionáveis ou criação de postos de trabalho. Não é, infelizmente, o que aqui está em causa e a situação difícil e até humilhante em que o país e os Portugueses se encontram deveria fazer-nos pensar um pouco mais. A muita obra edificada confrontada com a situação em que o País se encontra são a prova provada de como a canalização continuada daqueles fundos para a realização de obra física ou material não foi suficiente para evitar que chegássemos à condição de "lixo". E assim como não é o hábito que faz o monge também não é um edifício funcional e arquitectónicamente modelar que, só por si, é gerador do tão desejado e perseguido Sucesso Educativo. Isto mo diz a experiência acumulada do exercício de mais de vinte anos de docência. E a discussão genericamente havida à volta dos vergonhosos resultados das provas nacionais a igual conclusão nos conduzem. -----

4- É comumente aceite ter sido um tremendo erro ter-se avançado há mais de vinte anos com a construção da Escola do Baixo Barroso no sítio onde foi feita. Ora reparar-se este erro com um erro ainda maior quando transposto para os tempos e realidade actuais é peditório para o qual me recuso participar. -----

Na verdade constrói-se uma escola a pensar nos alunos que tem ou possa vir a ter tal como se não pensa um hospital para uma área ou região sem o número de doentes necessários à rentabilização do investimento. -----

Planear é prever o futuro próximo e longínquo. -----

Ora o futuro próximo diz-nos muito brevemente (2015/2016) deixará de haver em todo o Baixo Barroso o número legal de alunos necessários à constituição de uma única turma (21 alunos). E estou a referir-me a uma turma agregadora das quatro classes porquanto a constituição de turmas por ano de escolaridade levar-nos-ia a situações risíveis ou a delírios de estimação legal e pedagógica. E se de antemão se sabe que essa turma única, agregadora dos quatro anos ou classes passará a funcionar exclusivamente com os alunos de uma determinada localidade que luta, legitimamente, pela sua afirmação como pólo de atractividade económica,

social e cultural no universo concelhio, não faz qualquer sentido ser o Município a quem cabe a dinamização do território a “castrar” tão louvável propósito e aspirações. -----  
 Esta é a verdade que não pode ser escamoteada e que tem necessariamente de ser trazida para o palco onde toda esta discussão se está lamentavelmente a desenrolar. -----  
 O desenvolvimento harmonioso do território concelhio tem de fazer parte desta discussão. E àqueles que só por paixões bairristas se movem é bom que façam o esforço de reconhecer que não se faz uma escola nova com o pretexto de haver dinheiro para num futuro imediato passar a ser uma escola fora dos parâmetros legais. E que ainda por cima irá funcionar com os alunos da escola que pretendem que feche. -----  
 Tal não é no meu entender a forma mais correcta e sensata de analisar tão intrincado problema. -----  
 5- Fico sem saber o que é que o PSD pretende tantas foram as posições já tomadas. Estar com Deus e com o diabo ao mesmo tempo é que não dá. E a um partido que aspira a ser poder exige-se, sem quaisquer tibiezas, um oposição clara e definitiva. -----

**XIII**  
**APROVAÇÃO DA ACTA SOB A FORMA DE MINUTA**  
 (cfr. n.º 2 e 3 do artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, com vista à sua executoriedade imediata. -----

**XIV**  
**ENCERRAMENTO**

E nada mais havendo a tratar o Presidente da reunião deu como encerrada a reunião quando eram doze horas e vinte minutos, e para constar se lavrou a presente acta, e eu, Maria Fernanda Dinis Moreira, na qualidade de secretária, a redigi e vou assinar, junto com o Senhor Presidente da Câmara. -----

O Presidente da Câmara: -----

A Secretária da reunião: -----

